

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XXI
<i>Prefácio</i>	XXIII
<i>Nota do Autor</i>	XXV
<i>Apresentação</i>	XXVII
<i>Agradecimentos</i>	XXIX
Capítulo I – Direito Constitucional	1
1.1. Constitucionalismo	1
1.2. Origem	2
1.3. Conceito	3
1.4. Objeto do direito constitucional	3
1.5. Fontes do direito constitucional	4
1.6. Neoconstitucionalismo	4
1.7. Exercício de fixação	7
Capítulo II – Constituição	9
2.1. Origem	9
2.2. Síntese histórica das Constituições brasileiras	10
2.2.1. Constituição de 1824	10
2.2.2. Constituição de 1891	12
2.2.3. Constituição de 1934	13
2.2.4. Constituição de 1937	14
2.2.5. Constituição de 1946	15
2.2.6. Constituição de 1967/1969	16
2.2.7. Constituição de 1988	17
2.2.8. Constituições provisórias	18
2.2.9. Momentos históricos que precederam a elaboração das Constituições	18
2.3. Conceito de Constituição	18
2.4. Natureza jurídica	19
2.5. Concepções das Constituições	19
2.5.1. Concepção sociológica de Constituição	19
2.5.2. Concepção política de Constituição	20
2.5.3. Concepção jurídica de Constituição	20
2.5.4. Concepção estrutural de Constituição	20
2.5.5. Diversas outras concepções de Constituição	20
2.6. Classificação das Constituições	21
2.6.1. Quanto ao conteúdo	21
2.6.2. Quanto à forma	21
2.6.3. Quanto ao modo de elaboração	22



2.6.4. Quanto ao objeto ou ideologia	22
2.6.5. Quanto à estabilidade.....	22
2.6.6. Quanto à origem	23
2.6.7. Quanto ao sistema.....	23
2.6.8. Quanto ao modelo ou finalidade	23
2.6.9. Quanto ao tamanho ou extensão	24
2.6.10. Quanto à dogmática.....	24
2.6.11. Quanto à correspondência com a realidade política	24
2.6.12. Outras classificações de Constituição	25
2.6.13. Classificação da Constituição brasileira	25
2.7. Estrutura da Constituição.....	25
2.7.1. Preâmbulo.....	25
2.7.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	26
2.8. Exercícios de fixação	26
Capítulo III – Poder Constituinte	29
3.1. Conceito	29
3.2. Origem.....	30
3.3. Titularidade e exercício	31
3.4. Natureza jurídica	33
3.5. Espécies de poder constituinte.....	34
3.5.1. Poder constituinte supranacional	34
3.5.2. Poder constituinte originário	35
3.5.2.1. Conceito	35
3.5.2.2. Formas de expressão	35
3.5.2.3. Características do poder constituinte originário	37
3.5.2.3.1. Inicialidade.....	37
3.5.2.3.2. Ilimitabilidade ou ilimitação	42
3.5.2.3.3. Incondicionamento	44
3.5.3. Poder constituinte derivado	44
3.5.3.1. Poder constituinte derivado de reforma (refotmador)	44
3.5.3.1.1. Conceito	44
3.5.3.1.2. Forma de expressão.....	45
3.5.3.1.3. Características do poder constituinte derivado de reforma	45
3.5.3.1.3.1. Derivação	45
3.5.3.1.3.2. Limitação	45
3.5.3.1.3.3. Condicionamento	51
3.5.3.2. Poder constituinte derivado difuso	52
3.5.3.3. Poder constituinte derivado decorrente institucionalizador.....	55
3.5.3.3.1. Derivação	56
3.5.3.3.2. Limitação	56
3.5.3.3.3. Condicionamento	59
3.5.3.4. Poder constituinte derivado decorrente de reforma estadual.....	59
3.5.3.4.1. Derivação	59
3.5.3.4.2. Limitação	60
3.5.3.4.3. Condicionamento	60
3.6. Exercícios de fixação	60
Capítulo IV – Norma Constitucional	65
4.1. Conceito	65
4.2. Classificação	66
4.2.1. Quanto ao conteúdo	66

4.2.2. Quanto à vinculação do legislador	66
4.2.3. Quanto à eficácia e aplicabilidade	67
4.2.3.1. Classificação bipartida das normas constitucionais	67
4.2.3.2. Classificação tripartida das normas constitucionais	68
4.2.3.3. Classificação quadripartida das normas constitucionais	70
4.2.3.4. Norma constitucional de eficácia esvaída ou de aplicabilidade esgotada	71
4.2.3.5. Desenvolvimento e efetivação das normas constitucionais	71
4.2.4. Quanto à finalidade	71
4.2.5. Quanto à estrutura (finalidade do comando normativo)	72
4.2.5.1. Princípios constitucionais	73
4.2.5.1.1. Princípios constitucionais fundamentais	73
4.2.5.1.2. Princípios constitucionais gerais	74
4.2.5.1.3. Princípios constitucionais setoriais	76
4.3. Exercício de fixação	76
Capítulo V – Hermenêutica Constitucional	79
5.1. Conceito	79
5.2. Princípios de interpretação constitucional	79
5.2.1. Princípio da unidade	79
5.2.2. Princípio do efeito integrador (eficácia integradora)	79
5.2.3. Princípio da harmonização (ou concordância prática)	80
5.2.4. Princípio da força normativa	80
5.2.5. Princípio da máxima efetividade (eficiência ou interpretação efetiva)	80
5.2.6. Princípio da correção funcional (conformidade funcional ou justeza)	80
5.2.7. Princípio da razoabilidade (proporcionalidade)	81
5.2.8. Princípio da interpretação conforme a Constituição	81
5.3. Teoria dos poderes implícitos (<i>Implied Powers</i>)	82
5.4. Métodos de interpretação constitucional	82
5.4.1. Método jurídico (hermenêutico clássico)	82
5.4.2. Método tópico-problemático	83
5.4.3. Método hermenêutico-concretizador	83
5.4.4. Método normativo-estruturante	84
5.4.5. Método científico-espiritual	84
5.4.6. Método de comparação constitucional (interpretação comparativa)	84
5.5. Exercícios de fixação	84
Capítulo VI – Controle de Constitucionalidade	87
Seção I – Dos aspectos gerais do controle de constitucionalidade	87
6.1. Conceito	87
6.2. Origem	88
6.3. Pressupostos	92
6.4. Bloco de constitucionalidade	93
6.5. Tipos de inconstitucionalidade	95
6.5.1. Inconstitucionalidade formal, nomodinâmica ou extrínseca	95
6.5.2. Inconstitucionalidade material, nomoestática, de conteúdo, doutrinária, substancial ou intrínseca	96
6.5.3. Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar ou finalística	97
6.5.4. Inconstitucionalidade por ação	98
6.5.5. Inconstitucionalidade por omissão	98
6.5.6. Inconstitucionalidade total	98
6.5.7. Inconstitucionalidade parcial	98

6.5.8. Inconstitucionalidade consequente, consequential, por arrastamento, secundária ou por atração	99
6.5.9. Inconstitucionalidade reflexa, por via oblíqua ou por ato interposto	100
6.5.10. Inconstitucionalidade originária	101
6.5.11. Inconstitucionalidade superveniente.....	101
6.5.12. Inconstitucionalidade implícita	103
6.5.13. Inconstitucionalidade Progressiva ou lei “ainda” constitucional ou declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para inconstitucionalidade.....	104
6.5.14. Inconstitucionalidade causal	105
6.6. Decisões proferidas em controle de constitucionalidade.....	105
6.6.1. Natureza.....	105
6.6.2. Técnicas de decisão em sede de controle de constitucionalidade.....	107
6.7. Classificação do controle de constitucionalidade.....	109
6.7.1. Forma.....	109
6.7.1.1. Quanto ao objetivo	109
6.7.1.2. Fusão das formas de controle de constitucionalidade	110
6.7.1.2.1. Concretização do controle abstrato de constitucionalidade	110
6.7.1.2.2. Abstratização do controle concreto de constitucionalidade.....	110
6.7.2. Espécies	110
6.7.2.1. Quanto à natureza do órgão de controle.....	110
6.7.2.2. Quanto ao momento de controle	111
6.7.3. Modalidades.....	116
6.7.3.1. Quanto ao número de órgãos	116
6.7.3.2. Quanto ao modo de exercício.....	118
Seção II – Das ações em espécie.....	119
6.8. Ações de controle concreto.....	119
6.8.1. Arguição de inconstitucionalidade.....	119
6.8.1.1. Conceito	119
6.8.1.2. Parâmetro e objeto de controle difuso.....	119
6.8.1.3. Cabimento	120
6.8.1.4. Iniciativa	121
6.8.1.5. Controle incidental de inconstitucionalidade nos tribunais.....	121
6.8.1.5.1. Participação no incidente de inconstitucionalidade.....	123
6.8.1.5.2. Controle de constitucionalidade por elevação de causa	123
6.8.1.6. Efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade	124
6.8.1.6.1. Teoria da transcendência dos motivos determinantes ou transcendência da <i>ratio decidendi</i> ou transcendência da <i>holding</i>	125
6.8.2. Ação Direta Interventiva (ADI)	127
6.9. Ações de controle abstrato	128
6.9.1. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).....	128
6.9.1.1. Base legal.....	128
6.9.1.2. Conceito	128
6.9.1.3. Cabimento	129
6.9.1.4. Pressupostos para o cabimento de ADI.....	132
6.9.1.5. Legitimidade	132
6.9.1.5.1. Pertinência temática	134
6.9.1.5.2. Capacidade postulatória	135
6.9.1.6. Intervenção de terceiros e <i>amicus curiae</i>	135
6.9.1.7. Procedimento	137
6.9.1.7.1. Inicial.....	137
6.9.1.7.1.1. Causa de pedir e pedido	138
6.9.1.7.2. Liminar	138

6.9.1.7.3. Procedimento sumário.....	140
6.9.1.7.4. Informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.....	140
6.9.1.7.5. Advogado-Geral da União (AGU).....	140
6.9.1.7.6. Procurador-Geral da República (PGR).....	141
6.9.1.7.7. Dilação probatória e audiência pública.....	141
6.9.1.7.8. Decisão.....	143
6.9.1.7.9. Coisa julgada inconstitucional.....	144
6.9.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).....	145
6.9.2.1. Introdução.....	145
6.9.2.2. Conceito.....	146
6.9.2.3. Natureza jurídica.....	146
6.9.2.4. Finalidade.....	147
6.9.2.5. Objeto.....	147
6.9.2.6. Legitimidade ativa.....	147
6.9.2.7. Procedimento.....	148
6.9.2.7.1. Inicial.....	148
6.9.2.7.2. Indeferimento liminar.....	148
6.9.2.7.3. Medida cautelar.....	149
6.9.2.7.4. Informações.....	149
6.9.2.7.5. Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR)....	149
6.9.2.7.6. Decisão final.....	150
6.9.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADIO).....	150
6.9.3.1. Introdução.....	150
6.9.3.2. Conceito.....	151
6.9.3.3. Natureza jurídica.....	151
6.9.3.4. Finalidade.....	151
6.9.3.5. Objeto.....	152
6.9.3.6. Legitimidade ativa.....	152
6.9.3.7. Procedimento.....	152
6.9.3.7.1. Inicial.....	153
6.9.3.7.2. Indeferimento liminar.....	153
6.9.3.7.3. Medida cautelar.....	153
6.9.3.7.4. Informações.....	154
6.9.3.7.5. Advogado-Geral da União (AGU) e Procurador-Geral da República (PGR) ...	154
6.9.3.7.6. Decisão final.....	154
6.9.3.8. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão x mandado de injunção.....	155
6.9.4. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	156
6.9.4.1. Introdução.....	156
6.9.4.2. Conceito.....	156
6.9.4.3. Natureza jurídica.....	157
6.9.4.4. Preceito fundamental.....	157
6.9.4.5. Objetivo e objeto.....	157
6.9.4.6. Conversão de arguição de descumprimento de preceito fundamental em ação Direta de Inconstitucionalidade.....	159
6.9.4.7. Tipologia e modalidades.....	159
6.9.4.8. Legitimidade ativa.....	161
6.9.4.9. Procedimento.....	162
6.9.4.9.1. Inicial e indeferimento liminar.....	162
6.9.4.9.2. Liminar.....	162
6.9.4.9.3. Procedimento principal.....	163
6.9.4.9.4. Decisão final.....	163



6.9.5. Quadro comparativo entre as ações de controle de constitucionalidade abstrato federal ..	164
6.9.6. Representação de Inconstitucionalidade (RI).....	165
6.9.6.1. Introdução	165
6.9.6.2. Conceito	166
6.9.6.3. Legitimidade ativa.....	166
6.9.6.4. Procedimento e peculiaridades.....	166
6.9.7. Representação de inconstitucionalidade e Ação Direta de Inconstitucionalidade concomitantes	167
6.9.8. Recorribilidade.....	168
6.9.9. Outras ações de controle no âmbito estadual.....	168
6.10. Fluxogramas	170
6.11. Exercícios de fixação.....	174
 Capítulo VII – Direitos e Garantias Fundamentais.....	 177
7.1. Conceito	177
7.1.1. Posicionamento	177
7.1.2. Distinção entre direitos e garantias fundametais	177
7.2. Características	178
7.3. Eficácia e aplicabilidade.....	179
7.3.1. Eficácia vertical e eficácia horizontal dos direitos fundamentais	179
7.3.2. Eficácia irradiante dos direitos e garantias fundamentais.....	180
7.3.3. Teoria dos quatro <i>status</i> de George Jellinek	180
7.4. Geração, gestação ou dimensão de direitos fundamentais	181
7.5. Rol não taxativo	182
7.6. Colidência e relatividade dos direitos e garantias individuais e coletivos.....	183
7.7. Abrangência dos direitos fundamentais.....	183
7.8. Direitos fundamentais básicos	183
7.8.1. Vida	183
7.8.1.1. Aborto.....	185
7.8.2. Liberdade	189
7.8.3. Igualdade.....	190
7.8.4. Segurança.....	191
7.8.5. Propriedade	191
7.9. Exercícios de fixação.....	192
 Capítulo VIII – Remédios Constitucionais.....	 197
8.1. Conceito	197
8.2. Tipos de remédios constitucionais	197
8.2.1. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII).....	197
8.2.1.1. Histórico	197
8.2.1.2. Conceito	198
8.2.1.3. Fundamento.....	198
8.2.1.4. Cabimento	198
8.2.1.5. Espécies.....	198
8.2.1.6. Formalidades.....	198
8.2.1.7. Procedimento.....	199
8.2.1.8. Legitimidade	199
8.2.1.8.1. Legitimidade ativa	199
8.2.1.8.2. Legitimidade passiva.....	200
8.2.1.9. Competência.....	200
8.2.1.10. Exceção constitucional ao cabimento do <i>habeas corpus</i>	201
8.2.2. Mandado de segurança individual (art. 5º, LXIX)	202

8.2.2.1. Histórico	202
8.2.2.2. Conceito	203
8.2.2.3. Espécies	203
8.2.2.4. Requisitos	204
8.2.2.4.1. Direito líquido e certo	204
8.2.2.5. Ato atacável	204
8.2.2.6. Cabimento residual	205
8.2.2.7. Legitimidade	205
8.2.2.7.1. Legitimidade ativa	205
8.2.2.7.2. Legitimidade passiva	206
8.2.2.8. Desistência	206
8.2.2.9. Competência	206
8.2.2.10. Procedimento	209
8.2.2.11. Liminar	210
8.2.2.12. Decisão e recurso	211
8.2.2.13. Prazo	212
8.2.3. Mandado de segurança coletivo	213
8.2.3.1. Conceito	213
8.2.3.2. Objeto	213
8.2.3.3. Legitimidade	213
8.2.3.4. Liminar	214
8.2.3.5. <i>Right opt out e right opt in</i>	214
8.2.4. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI)	215
8.2.4.1. Conceito	215
8.2.4.2. Origem	215
8.2.4.3. Objeto	215
8.2.4.4. Pressupostos de cabimento	215
8.2.4.5. Mandado de injunção coletivo	216
8.2.4.6. Partes	216
8.2.4.6.1. Legitimidade ativa	216
8.2.4.6.2. Legitimidade passiva	216
8.2.4.7. Competência	216
8.2.4.8. Procedimento	216
8.2.4.9. Decisão	216
8.2.5. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII)	219
8.2.5.1. Conceito	219
8.2.5.2. Origem	219
8.2.5.3. Natureza	219
8.2.5.4. Objeto	220
8.2.5.5. Cabimento – tentativa extrajudicial frustrada	220
8.2.5.6. Partes	220
8.2.5.6.1. Legitimidade ativa	220
8.2.5.6.2. Legitimidade passiva	221
8.2.5.7. Competência	221
8.2.5.8. Procedimento	222
8.2.5.9. Natureza da decisão	223
8.2.6. Ação popular (art. 5º, LXXIII)	223
8.2.6.1. Conceito	223
8.2.6.2. Origem	223
8.2.6.3. Natureza jurídica	224
8.2.6.4. Finalidade	224
8.2.6.5. Objeto	224



8.2.6.6. Partes	225
8.2.6.6.1. Legitimidade ativa	225
8.2.6.6.2. Legitimidade passiva	226
8.2.6.7. Atuação do Ministério Público na ação popular	227
8.2.6.8. Competência	227
8.2.6.9. Particularidades procedimentais	228
8.2.6.10. Natureza da decisão	229
8.2.6.11. Sentença	229
8.2.6.12. Coisa julgada	229
8.2.6.13. Custas e ônus da sucumbência	230
8.3. Tabela	231
8.4. Exercícios de fixação	233
Capítulo IX – Nacionalidade	237
9.1. Conceito	237
9.2. Nacionalidade originária e secundária	237
9.3. Critérios de aquisição da nacionalidade	238
9.4. Polipátridas e apátridas	239
9.5. Brasileiro nato (art. 12, I)	239
9.6. Brasileiro naturalizado (art. 12, II)	241
9.6.1. Espécies de naturalização	241
9.6.1.1. Naturalização tácita ou grande naturalização	241
9.6.1.2. Naturalização expressa	241
9.6.1.2.1. Naturalização ordinária	241
9.6.1.2.2. Da expressão “na forma da lei” contida no artigo 12, II, <i>a</i>	242
9.6.1.2.3. Naturalização extraordinária (quinzenária)	244
9.7. Situação constitucional dos portugueses (<i>quase nacionalidade</i>)	244
9.8. Tratamento jurídico do brasileiro nato e do naturalizado	245
9.9. Perda da nacionalidade	248
9.10. Reaquisição da nacionalidade brasileira	250
9.11. Exercícios de fixação	250
Capítulo X – Direitos Políticos	253
10.1. Conceito	253
10.1.1. Plebiscito	253
10.1.2. Referendo	254
10.1.3. Iniciativa popular	254
10.2. Sufrágio, voto e escrutínio	255
10.3. Espécies de direitos políticos	255
10.4. Aquisição da cidadania	256
10.4.1. Capacidade eleitoral ativa	256
10.4.2. Capacidade eleitoral passiva	257
10.5. Direitos políticos negativos	258
10.5.1. Inelegibilidades	258
10.5.1.1. Inelegibilidade absoluta	259
10.5.1.2. Inelegibilidade relativa	260
10.6. Cassação, suspensão e perda dos direitos políticos	262
10.6.1. Perda dos direitos políticos	263
10.6.2. Suspensão de direitos políticos	263
10.7. Partidos políticos	264
10.8. Exercícios de fixação	265

Capítulo XI – Da Organização do Estado.....	269
11.1. Formas de Estado	269
11.1.1. Estado unitário.....	269
11.1.2. Estados regionais.....	270
11.1.3. Estado autonômico	270
11.1.4. Estado composto.....	270
11.1.4.1. Confederação	270
11.1.4.2. Federação	270
11.2. Federalismo dualista ou cooperativo ou de integração.....	270
11.3. Federalismo simétrico e assimétrico	271
11.4. Federalismo de equilíbrio	271
11.5. Federalismo orgânico.....	271
11.6. Características da federação	271
11.7. Classificação do federalismo	272
11.7.1 Quanto à formação	272
11.7.1.1. Federalismo por movimento centrípeto (agregação).....	272
11.7.1.2. Federalismo por movimento centrífugo (segregação ou desagregação).....	273
11.7.2. Quanto ao tipo.....	273
11.7.2.1. Federalismo clássico (em 2 níveis).....	273
11.7.2.2. Federalismo <i>sui generis</i> (em 4 níveis, multifacetado ou de 3º grau).....	273
11.8. Vedações constitucionais aos entes autônomos.....	273
11.9. República Federativa do Brasil.....	273
11.10. União.....	274
11.10.1. Bens da União	275
11.10.2. Participação em recursos minerais (<i>royalties</i>)	276
11.10.3. Faixa de fronteira.....	277
11.10.4. Regiões administrativas ou em desenvolvimento.....	277
11.11. Estados-Membros.....	278
11.11.1. Bens do Estado-Membro	279
11.11.2. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	280
11.12. Distrito Federal	280
11.13. Município	282
11.13.1. Formação dos municípios.....	283
11.14. Território federal.....	285
11.15. Repartição de competência dos entes federados	286
11.15.1. Classificação de competências.....	286
11.16. Intervenção	291
11.16.1. Intervenção federal	292
11.16.1.1. Pressupostos materiais para intervenção federal.....	292
11.16.1.2. Pressupostos formais para intervenção	293
11.16.1.3. Espécies e procedimento.....	294
11.16.2. Intervenção estadual.....	295
11.17. Exercícios de fixação	296
Capítulo XII – Organização dos Poderes	301
12.1. Introdução	301
12.2. Poder Legislativo	302
12.2.1. Estrutura e organização do Poder Legislativo	302
12.2.1.1. Congresso Nacional.....	302
12.2.1.1.1. Atribuições do Congresso Nacional	303
12.2.1.2. Câmara dos Deputados	305
12.2.1.2.1. Atribuições da Câmara dos Deputados	305



12.2.1.3. Senado Federal	306
12.2.1.3.1. Atribuições do Senado Federal.....	307
12.3. Contagem do tempo no Poder Legislativo	308
12.4. Organização interna da casa do Congresso	309
12.4.1. Mesas diretoras (art. 57, §§ 4º e 5º)	309
12.4.2. Comissões Parlamentares (art. 58).....	310
12.4.2.1. Comissões ordinárias	311
12.4.2.2. Comissões representativas (art. 58, § 4º)	312
12.4.2.3. Comissão de ética (Conselho de Ética)	313
12.4.2.4. Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).....	314
12.4.2.4.1. Atribuições da CPI.....	315
12.5. Imunidade parlamentar	318
12.5.1. Imunidade material (absoluta, substantiva, real ou inviolabilidade)	319
12.5.2. Imunidade formal ou processual.....	320
12.6. Perda do mandato	322
12.7. Processo legislativo	324
12.7.1. Espécies de processo (procedimento) legislativo.....	324
12.7.2. Processo legislativo ordinário.....	325
12.7.2.1. Iniciativa	325
12.7.2.1.1. Iniciativa concorrente, comum ou geral.....	325
12.7.2.1.2. Iniciativa privativa, reservada ou exclusiva	325
12.7.2.1.3. Iniciativa popular	327
12.7.2.1.4. Iniciativa conjunta	328
12.7.2.2. Votação e deliberação	328
12.7.2.2.1. Fase das comissões	328
12.7.2.2.2. Fase do plenário	330
12.7.2.2.3. Assinatura ou proclamação	332
12.7.2.2.4. Fase executiva	332
12.7.2.2.4.1. Sanção.....	332
12.7.2.2.4.2. Veto.....	332
12.7.2.2.4.2.1. Características do veto.....	333
12.7.2.2.5. Promulgação (garante a executoriedade)	334
12.7.2.2.6. Publicação	334
12.7.3. Processo legislativo sumário	334
12.7.4. Processos legislativos especiais.....	335
12.7.4.1. Lei complementar	335
12.7.4.2. Emendas constitucionais	336
12.7.4.2.1. Iniciativa	336
12.7.4.2.2. Fase das comissões	337
12.7.4.2.3. Fase do plenário	337
12.7.4.2.4. Fase revisional	337
12.7.4.2.5. Fase complementar	338
12.7.4.2.6. Limitações impostas à emenda constitucional.....	338
12.7.5. Lei delegada	339
12.7.5.1. Vedações materiais (art. 68, § 1º)	340
12.7.6. Medidas provisórias.....	340
12.7.6.1. Procedimento de conversão da medida provisória em lei.....	341
12.7.6.2. Vedações materiais (art. 62, § 1º)	345
12.7.6.3. Conflitos entre medidas provisórias ou entre estas e leis.....	346
12.7.6.4. Medida provisória em matéria tributária.....	347
12.7.6.5. Medidas Provisórias em âmbito estadual e municipal.....	347
12.7.7. Decretos legislativos	347

12.7.8. Resolução	348
12.7.9. Projeto de código	348
12.7.10. Leis orçamentárias	348
12.8. Tribunal de Contas	350
12.8.1. Introdução	350
12.8.2. Controle externo e interno das contas públicas	350
12.8.3. Atribuições do Tribunal de Contas	351
12.8.4. Comissão mista permanente e Tribunal de Contas	353
12.8.5. Composição	354
12.8.6. Ministério Público do Tribunal de Contas	354
12.8.7. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais	355
12.9. Poder Executivo	356
12.9.1. Forma de governo	356
12.9.1.1. Monarquia	356
12.9.1.2. República	356
12.9.2. Sistema de governo	356
12.9.2.1. Presidencialismo	356
12.9.2.2. Parlamentarismo	356
12.9.2.3. Diretorial ou convencional	357
12.9.3. Tipos de Poder Executivo	357
12.9.3.1. Executivo	357
12.9.4. Governo e Administração Pública	357
12.9.5. Poder Executivo brasileiro	358
12.9.6. Ministros de Estado	358
12.9.7. Condições de elegibilidade para o mandato presidencial	359
12.9.8. Eleições presidenciais	359
12.9.9. Atribuições do Presidente da República	360
12.9.10. Atribuições do Vice-Presidente da República	362
12.9.11. Subsídios	363
12.9.12. Sucessores do Presidente da República	363
12.9.13. Vacância do cargo de Presidente e Vice-Presidente da República	363
12.9.14. Perda do cargo	364
12.9.15. Prerrogativas processuais penais do Presidente da República	364
12.9.16. Processos contra o Presidente da República (crime comum e de responsabilidade) ..	365
12.9.16.1. Introdução	365
12.9.16.2. <i>Impeachment</i>	366
12.9.16.3. Procedimento	367
12.9.17. Conselhos	369
12.9.17.1. Conselho da República	369
12.9.17.2. Conselho de Defesa Nacional	370
12.9.17.3. Conselho de Comunicação Social	370
12.10. Poder Judiciário	371
12.10.1. Introdução	371
12.10.2. Mudança de filosofia na atuação jurisdicional: substancialismo	372
12.10.3. Estruturação topológica do Poder Judiciário	376
12.10.4. Organização da função jurisdicional	376
12.10.5. Estatuto da Magistratura	376
12.10.6. Garantias constitucionais do Poder Judiciário e de seus integrantes	381
12.10.6.1. Garantias da Magistratura (garantias orgânicas)	381
12.10.6.1.1. Independência e autonomia	381



12.10.6.2. Garantias do magistrado.....	382
12.10.7. Precatórios.....	385
12.10.7.1. Regime especial para pagamento de precatórios	387
12.10.8. Juizados Especiais e justiça de paz.....	391
12.10.9. Supremo Tribunal Federal (STF)	391
12.10.9.1. Composição	391
12.10.9.2. Competência.....	392
12.10.9.3. Repercussão geral	393
12.10.9.4. Súmula vinculante.....	394
12.10.9.4.1. Histórico	395
12.10.9.4.2. Diversas espécies de súmulas existentes no direito brasileiro.....	396
12.10.9.4.3. Natureza jurídica	397
12.10.9.4.4. Efeitos da súmula vinculante	397
12.10.9.4.5. Requisitos para edição de súmula vinculante	398
12.10.9.4.6. Procedimento para edição, revisão ou cancelamento de súmula vinculante...	400
12.10.9.4.7. Métodos de confrontação e superação de súmula vinculante – Do <i>distinguish, overruling</i> e <i>overriding</i>	401
12.10.9.4.8. Do descumprimento da súmula vinculante.....	403
12.11. Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	403
12.11.1. Estrutura	403
12.11.2. Competência.....	405
12.12. Superior Tribunal de Justiça (STJ)	405
12.12.1. Estrutura	405
12.12.2. Competência.....	406
12.13. Justiça Federal	407
12.13.1. Estrutura	407
12.13.2. Competência.....	408
12.14. Justiça do Trabalho	410
12.14.1. Estrutura	410
12.14.2. Competência.....	411
12.15. Justiça Eleitoral.....	412
12.15.1. Estrutura	412
12.15.2. Competência.....	413
12.16. Justiça Militar.....	413
12.16.1. Estrutura.....	413
12.16.2. Competência.....	414
12.17. Justiça Estadual	414
12.18. Funções Essenciais à Justiça	415
12.18.1. Ministério Público.....	416
12.18.1.1. Introdução	416
12.18.1.2. Estrutura do Ministério Público	417
12.18.1.3. Garantias constitucionais do Ministério Público e de seus membros	420
12.18.1.3.1. Garantias orgânicas	420
12.18.1.3.1.1. Autonomia funcional e administrativa	421
12.18.1.3.1.2. Autonomia financeira.....	421
12.18.1.3.1.3. Princípios institucionais.....	421
12.18.1.3.2. Garantias dos membros do Ministério Público	422
12.18.1.4. Funções constitucionais do Ministério Público	424
12.18.2. Conselho Nacional do Ministério Público	426
12.18.2.1. Estrutura	426
12.18.2.2. Competência.....	426
12.18.3. Advocacia pública.....	427

12.18.4. Advocacia e Defensoria Pública	428
12.19. Fluxograma	430
12.20. Exercícios de fixação	434
Capítulo XIII – Defesa do Estado e Instituições Democráticas	439
13.1. Sistema Constitucional das Crises.....	439
13.1.1. Estado de defesa	440
13.1.1.1. Pressupostos materiais	440
13.1.1.2. Procedimento	440
13.1.1.3. Decreto	441
13.1.2. Estado de sítio	441
13.1.2.1. Pressupostos materiais	442
13.1.2.2. Procedimento	442
13.1.2.3. Decreto	443
13.2. Forças Armadas	443
13.3. Segurança Pública.....	445
13.3.1. Órgãos da Segurança Pública.....	445
13.4. Tabela	447
13.5. Exercícios de fixação	448
Capítulo XIV – Direitos Sociais	451
14.1. Seguridade social	451
14.1.1. Saúde	453
14.1.2. Previdência social	455
14.1.2.1. Previdência complementar.....	457
14.1.3. Assistência social.....	458
14.2. Educação.....	459
14.2.1. Princípios constitucionais orientadores do ensino	459
14.2.2. Autonomia das universidades	460
14.2.3. Deveres do Estado em relação à educação	460
14.2.4. Participação da iniciativa privada	460
14.2.5. Conteúdo do ensino	461
14.2.6. Organização do sistema de ensino	461
14.2.7. Financiamento da educação.....	461
14.2.7.1. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)	462
14.2.8. Plano nacional de educação	463
14.3. Cultura.....	464
14.4. Desporto	465
14.5. Ciência e tecnologia	466
14.6. Comunicação social.....	467
14.6.1. Controle público sobre a comunicação social.....	469
14.6.2. Lei de Imprensa x ADPF n. 130	470
14.7. Meio ambiente	471
14.8. Família, criança, adolescente, jovem e idoso.....	472
14.8.1. Família	472
14.8.2. Criança, adolescente, jovem.....	473
14.8.3. Idoso	475
14.9. Índios.....	476
14.10. Exercícios de fixação	476
Bibliografia.....	481

